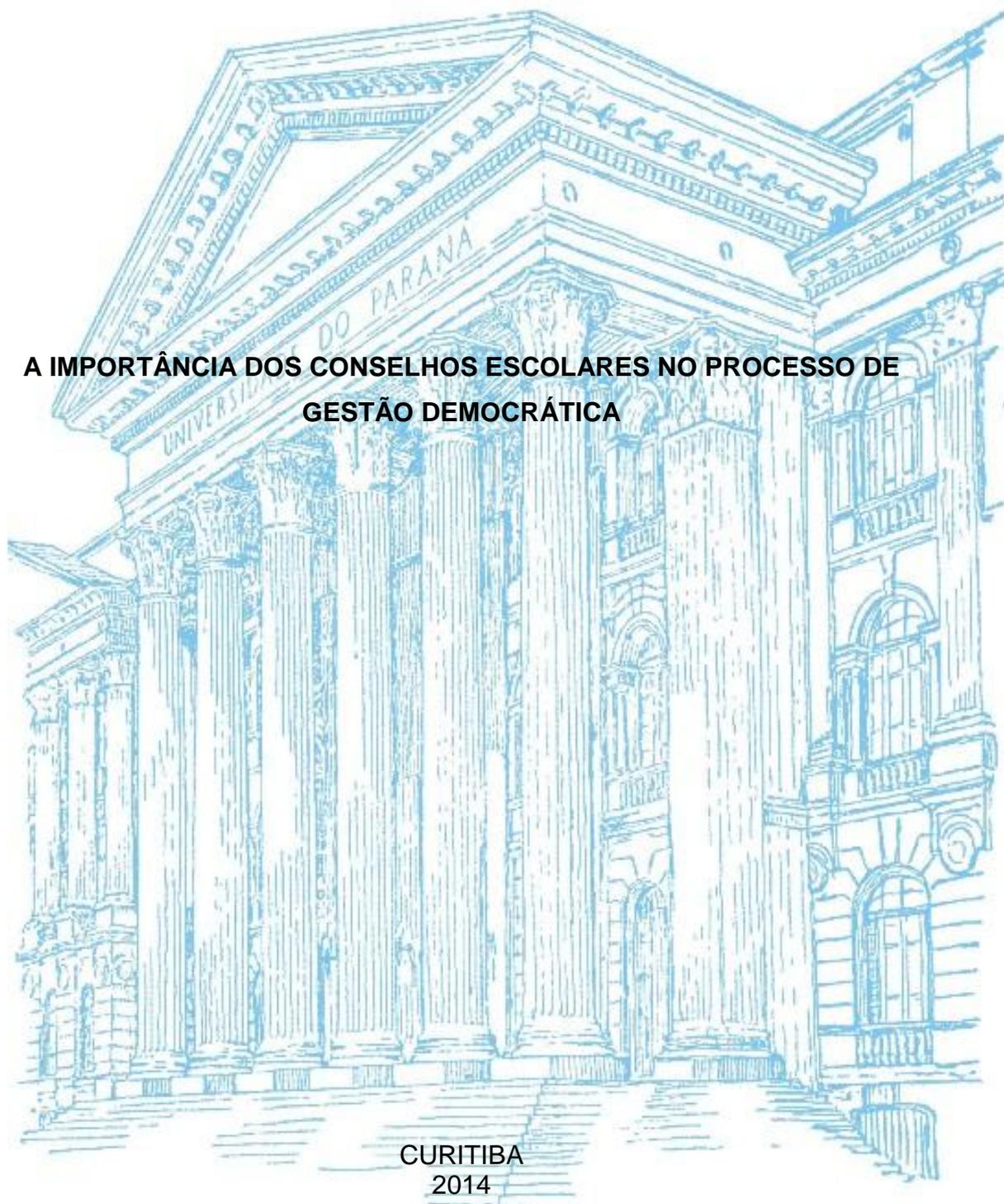


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SIMONE APARECIDA RIBEIRO

**A IMPORTÂNCIA DOS CONSELHOS ESCOLARES NO PROCESSO DE
GESTÃO DEMOCRÁTICA**



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SIMONE APARECIDA RIBEIRO

**A IMPORTÂNCIA DOS CONSELHOS ESCOLARES NO PROCESSO DE
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof.^a Msc. Vanisse Simone Alves Corrêa

CURITIBA
2014

A IMPORTÂNCIA DOS CONSELHOS ESCOLARES NO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Simone Aparecida Ribeiro*

Resumo: Esta pesquisa tem por objeto de estudo a reflexão acerca da importância da atuação do Conselho Escolar no processo educacional, com ênfase na gestão escolar/democrática, a partir da análise de dados de três escolas da Rede Municipal de Ensino de Cascavel, tornando possível a verificação das relações de poder existentes na escola e como estas relações afetam o ambiente escolar positivamente e/ou vice – versa, bem como a participação efetiva do conselho escolar pode contribuir de maneira significativa no processo ensino-aprendizagem. Os dados empíricos foram obtidos por meio de um questionário com oito questões objetivas ofertado a vinte e cinco entrevistados (diretores, professores, funcionários, pais e alunos representantes do Conselho Escolar). Como suporte teórico foi utilizado leituras baseadas em vários autores, principalmente Weber (1992), Souza (2006), Corrêa (2010), Bordignon (2013), Nascimento (2007) entre outros, além da legislação referente ao tema. A pesquisa concluiu que as escolas, apesar de caminharem a passos largos rumo ao processo de democratização, ainda possuem certos entraves quando relacionados ao papel do diretor, que em sua maioria tem um perfil centralizador na tomada de decisões, devido ao forte simbolismo da sua função. Outro entrave é a falta de clareza acerca do papel que cada membro representante do Conselho Escolar exerce.

Palavras-chave: gestão escolar; gestão democrática; Conselho Escolar.

*Artigo produzido pela aluna Simone Aparecida Ribeiro, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Professora Msc. Vanisse Simone Alves Corrêa. E-mail: cica_sar@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O espaço escolar é marcado por constantes conflitos de interesse, pois de um lado estão os profissionais de educação que além da insatisfação e desmotivação com a baixa remuneração, acabam tendo que enfrentar vários desafios em sala de aula, como a indisciplina, as dificuldades de aprendizagem, os problemas psicológicos e comportamentais dos alunos. E apesar dos programas de capacitação e da formação ofertada nos cursos de graduação, os docentes não se sentem preparados para enfrentar a diversidade e os problemas sociais que se refletem na escola.

Já de outro lado, encontra-se a cultura trazida pelos alunos, marcada pela desestruturação familiar, que reflete na escola questões como a indisciplina, falta de interesse pelos estudos e inúmeras outras situações conflituosas.

Embora este quadro não seja regra geral, ele ocorre com bastante frequência e é neste tipo de situação específica que este trabalho se debruça.

Frente a estes impasses, o que e como fazer para mudar esta situação? Como e quem pode contribuir para a superação destas dificuldades? A comunidade escolar pode de forma articulada contribuir para a superação destes problemas e como fazer com que ela compreenda o papel importante que exerce no processo educativo? O Conselho Escolar – CE, representado por toda a comunidade local pode auxiliar de alguma forma para a melhoria da qualidade do ensino e como fazer com que todos os envolvidos no processo educacional compreendam que somente uma formação emancipadora é capaz de dar subsídios aos indivíduos para transformação de sua realidade? A escola percebe a importância dos órgãos colegiados e colabora para a efetiva atuação do conselho escolar, ou de alguma forma sufoca suas tentativas de intervenção em ambiente escolar?

Muitas são as indagações a serem feitas acerca das dificuldades enfrentadas pela escola e não se pode deixar de levar em conta que o Conselho Escolar – CE assume papel importante no processo educativo. Para

refletir sobre isso é necessário levantar alguns dados que sejam capazes de orientar o entendimento da abrangência da atuação do CE dentro da escola e como pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, já que a instituição dos conselhos de acompanhamento e controle social é relativamente recente no país e a sociedade ainda tem muito a aprender para entender o funcionamento e relevância dos mesmos.

Considerando a complexidade do contexto escolar, alimentado a partir de diferentes olhares, já que a escola é também um espaço de construção de cidadania, capaz de possibilitar a formação de sujeitos críticos, aptos a buscar transformação da sociedade a qual pertencem, pode-se dizer que esse processo está ligado a um âmbito maior da sociedade, onde o exercício dessa cidadania na escola é ampliado para outros setores sociais. Isso implica na construção de novas relações sociais no espaço da escola.

Ao se fazer uma análise do contexto histórico educacional de nosso país percebe-se que a gestão democrática está intimamente ligada a este processo, pois foi a partir dela que se tornou possível pensar em órgãos colegiados que viessem a contribuir, fiscalizar e lutar pela melhoria da qualidade do ensino das instituições escolares.

Dentre esses órgãos destaca-se o Conselho Escolar, uma estrutura representativa que, juntamente com o diretor compõe o eixo central de decisão da escola.

De acordo com Nascimento:

(...) isso exige a definição de uma nova cultura baseada na democracia, na participação e no diálogo, na construção de um espaço dentro da escola onde os pais, os funcionários, os alunos, os professores, enfim toda a comunidade escolar possa conjuntamente opinar, decidir sobre os problemas, necessidades e prioridades da escola (NASCIMENTO, 2007, p.10).

Certamente esta é uma tarefa árdua, que requer a conscientização e conhecimento de todos os envolvidos no processo educacional de forma a lutarem por seus direitos enquanto cidadãos, merecedores de receberem uma educação de qualidade.

Entretanto, há inúmeras questões que necessitam ser estudadas acerca deste tema e esta pesquisa procura realizar um diagnóstico, ainda que superficial, da participação e atuação dos Conselhos Escolares nas escolas, suas condições de participação e como podem contribuir efetivamente para a

melhoria da qualidade da educação que temos hoje, bem como a influência do gestor nesse processo de democratização do ensino. Também procura, a importância da participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola pública, tendo como ponto de partida os conselhos escolares com ênfase na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade. Visa ainda, diagnosticar formas de promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito da escola, em consonância com a equipe gestora de forma a garantir a melhoria da qualidade da educação. Metodologicamente, a pesquisa desenvolvida teve a duração de três meses e utilizou métodos qualitativos, por meio de visitas periódicas às escolas selecionadas, entrevistas e questionários específicos à alunos, pais, funcionários, professores e gestores de três escolas públicas do município de Cascavel, a fim de se comparar os dados obtidos para se fazer uma análise crítica da realidade da atuação do conselho escolar dentro de cada unidade. Ela foi subsidiada também por meio de observações em reuniões do conselho escolar, bem como através da verificação da atuação da equipe gestora neste panorama.

O presente trabalho foi desenvolvido em três escolas (denominadas A, B e C). A escola A é considerada uma escola de médio porte, atendendo a vinte e uma turmas de Pré – Escolar à Quinto Ano, bem como quatro turmas em tempo integral. Possui um quadro aproximado do magistério de quarenta e cinco professores e o nível sócio-econômico da comunidade desta unidade de ensino é considerado médio.

A escola B uma escola também de médio porte, que oferta dezesseis turmas de Pré – Escolar a Quinto Ano e quatro turmas em tempo integral. Seu quadro funcional é composto por vinte professores e o nível da clientela atendida é considerado médio.

E por fim, a Escola C, que atende doze turmas de Pré – Escolar à Quinto Ano, sendo considerada de médio porte. O número aproximado de professores que trabalham nesta instituição gira em torno de trinta professores e o nível sócio-econômico da comunidade atendida é descrito como médio – baixo.

O Conselho Escolar e sua atuação

As mudanças ocorridas nos últimos anos nos âmbitos econômico, político e social têm representado avanços significativos no processo de democratização do país, acentuando-se ainda mais a partir da criação da Constituição Federal, em 1988, que em seus artigos 1 e 14 reafirma seu caráter democrático baseado na participação coletiva. A conquista ocorrida através da criação da democracia representativa, onde os dirigentes governamentais são eleitos por meio do voto dos cidadãos, contribuiu para a formação de uma democracia participativa, fazendo com que o cidadão assumisse seu papel de sujeito histórico consciente, lutando por seus direitos legais, acompanhando e fiscalizando o cumprimento dos mesmos, sem deixar de cumprir os seus deveres.

Nesse sentido, a educação possui relevância imprescindível, pois tem a função de construir no indivíduo conhecimentos, atitudes e valores que o tornem um sujeito crítico, ético e participativo, contribuindo assim, para o processo de democratização da sociedade. Porém, para que esse processo se concretize é necessária que haja na escola uma gestão democrática, gestão esta marcada pela organização da comunidade escolar, participando e fazendo valer seus direitos e deveres. E esta organização se dá inclusive por meio da criação e atuação dos movimentos sociais organizados.

O inciso VIII do artigo 3º da Lei n. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, vem fortalecer o processo de gestão democrática, onde assegura a “gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino”. A gestão democrática é embasada também pelo artigo 14 da mesma lei que ressalta:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Levando-se em conta a educação como instrumento capaz de transformar a sociedade, percebe-se que além de garantir o direito e o acesso

a educação a todos os indivíduos, é necessária ainda, que se garanta também sua permanência na escola e principalmente a qualidade do ensino que lhes é ofertado. Assim, torna-se imprescindível que a instituição escolar incentive a criação de um espaço de discussão coletiva, onde as ideias possam ser debatidas, levantadas dúvidas, e a comunidade escolar e local possam decidir junto com a equipe administrativa os rumos do ensino nesta instituição.

Neste sentido, o Conselho Escolar assume função primordial, pois é um órgão colegiado, constituído por representantes de professores, pais ou responsável legal, alunos, demais funcionários da unidade escolar e a direção da escola e têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, gerando uma nova forma de gestão, onde as decisões são integradas e coletivas. Ele deve também garantir espaço para que todos os segmentos da comunidade escolar e local possam expressar suas ideias e necessidades, contribuindo para as discussões dos problemas e a busca de soluções, possibilitar uma maior e melhor capacidade de fiscalização, apoio e controle da sociedade civil sobre a execução da política educacional. Deve ainda, permitir uma maior transparência das decisões tomadas e fortalecer a escola quanto ao compartilhamento de responsabilidades.

Dentre os documentos legais que fortalecem o processo de gestão democrática nas escolas e por consequência a criação do Conselho Escolar encontra – se o Plano Nacional de Educação, Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que visa: “Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes”.

Entretanto, a constituição e implantação dos conselhos escolares nas unidades públicas escolares têm sofrido grandes entraves, já que estes na maioria das vezes não vêm ao encontro do sistema de dominação e poder que circundam estes ambientes. Weber (1992) esclarece sobre a dominação que pode vir a acontecer na gestão escolar:

Uma dominação fundada unicamente no carisma pessoal de quem quer que seja é instável, daí a necessidade de um estatuto que defina quem manda e quem é mandado, defina um cosmos de direitos e deveres, uma hierarquia séquito, em suma, a existência de um quadro administrativo entre dominantes e dominados que dê estabilidade à dominação (WEBER, 1992, p.39).

Infelizmente, ainda se percebe hoje que muitos gestores de escolas públicas utilizam-se deste estatuto que lhes garante um papel hierarquicamente privilegiado frente aos seus subordinados e da força simbólica de sua função e acabam tomando para si o poder de decisão sobre situações que abrangem todos os envolvidos no processo educacional, negando assim, o valor dos órgãos de representatividade coletiva, como os conselhos escolares. Como a figura do diretor é muito forte simbolicamente, muitas vezes, há abuso de poder, quase sem resistência. De fato, segundo Corrêa (2010, p. 43):

O diretor, detentor do poder de mando, pode exercê-lo (e o exerce!) das mais variadas formas. Ele tem, historicamente no Brasil, se efetivado como a autoridade maior dentro da escola e exerce também um poder simbólico, que é reconhecido por todos quase sem questionamentos. A oposição à figura do diretor é rara, pois na dinâmica da escola, há tarefas a cumprir, hierarquias a respeitar (CORRÊA, 2010, p. 43-44).

A simbologia conferida à figura do diretor garante que ele tenha maior autonomia dentro da escola, superior à de qualquer outro profissional. Para Souza (2006):

Esta concepção de diretor como defensor da política educacional corresponde à idéia, hegemônica à época, de que o dirigente escolar é antes de tudo, antes mesmo de suas funções de educador, um representante oficial do Estado, através do seu papel de chefe de uma repartição oficial, que é a escola pública e, como tal, teria o dever de se comprometer com os rumos políticos da administração governamental, a qual, muito possivelmente, fora responsável pela sua indicação para assumir tal cargo (SOUZA, 2006).

O papel do gestor da escola pública é extremamente complexo, pois se ele assume a função de líder de um grupo com o objetivo de priorizar a efetivação de um ensino com um mínimo de qualidade aos seus representados, deve também garantir que se cumpram os interesses de um sistema burocrático que o mantém na liderança desse grupo. Interesses esses, que nem sempre vem ao encontro da comunidade a qual pertence. Sobre isso, Corrêa (2010), assevera:

Entendida dessa maneira, a gestão escolar, enquanto processo político é utilizada na disputa de poder entre os sujeitos. A possibilidade de ascensão a um cargo de comando disponibiliza, também, a chance de satisfazer os desejos e aspirações daquele que ascende ao cargo e/ou daqueles que o apóiam. Há, no sujeito que quer a função de comando, a aspiração de satisfazer seus interesses (pessoais ou não), ainda que esse desejo esteja embutido de boas intenções e genuína vontade de melhorar a instituição e os mecanismos da gestão. (...) A gestão escolar, para ser entendida, precisa ser percebida como um fenômeno político. Há uma essência política na função de diretor de escola. Mas não é

só isso: há também uma face técnica importante. Ou seja, é uma função política e educacional (CORRÊA, 2010, p.47.)

A autora afirma ainda que “a gestão democrática, para se consolidar, necessita de alguns elementos importantes, entre eles, o Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico elaborado de maneira participativa e coletiva (...)” (CORRÊA, 2010, p. 45-46). É importante analisar, portanto, a influência do gestor no processo de gestão democrática da escola pública, como efetiva seu trabalho dentro dos parâmetros da descentralização e transparência. Percebe-se relevante também, analisar de que forma o Conselho Escolar, órgão de representatividade da comunidade escolar pode interferir e auxiliar para a melhoria da qualidade da educação ofertada aos alunos.

Nascimento (2007), ressalta que:

A participação de todos os segmentos presentes na dinâmica escolar e o respeito as suas idéias e opiniões, além da possibilidade de ampliar o número de pessoas, salientando que o quantitativo não é o essencial, mas a qualidade e o engajamento nos debates e discussões em torno dos problemas enfrentados na escola e compartilhados pela comunidade, são os mais importantes de serem observados (NASCIMENTO, 2007, p. 27).

Assim, mais do que ter garantido nas instituições escolares a criação de espaços de integração entre os diversos segmentos da comunidade escolar e local, é preciso sim, analisar a qualidade dessa participação, bem como o interesse dos envolvidos nesse processo em lutar e reivindicar por seus direitos garantidos pela legislação federal.

Processo de implantação dos conselhos escolares no Município de Cascavel – Pr

Julgando-se necessário destacar a importância dos conselhos escolares na luta pela melhoria da qualidade da educação no país, e levando-se em conta que conforme o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, (2004), “Os Conselhos Escolares representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade.” Nesse sentido, faremos a

seguir um breve histórico a cerca da criação dos conselhos escolares nas escolas públicas do município de Cascavel, Pr.

Apesar de algumas tentativas fragilizadas há vários anos no sentido de implantar o Conselho Escolar nas escolas municipais em Cascavel, apenas em 2012 o mesmo tomou força e foi efetivado através da Lei n. 6116/2012, de 18 de setembro de 2012, que dispõe sobre a criação e implantação dos Conselhos Escolares nos estabelecimentos de ensino mantidos pela rede municipal de ensino. Entretanto, conforme técnicos da Secretaria Municipal de Ensino, que acompanharam o processo de criação dos conselhos escolares, “a criação desta Lei foi antecedida por vários momentos de discussão, reflexão, grupos de estudos e seminários que deram embasamento teórico e prático para a efetivação dos Conselhos Escolares no município de Cascavel”.

A Secretaria Municipal de Ensino nomeou em 10 de maio de 2012, uma comissão de estudo e implantação dos conselhos escolares nas escolas municipais de Cascavel, através da Portaria 004/2014, porém a primeira eleição dos representantes dos Conselhos Escolares nas unidades escolares do município se deu em 12 de novembro de 2012, e sua nomeação em 12 de dezembro do mesmo ano.

Já em 20 de fevereiro de 2013, é publicado o regimento do Conselho Escolar do município, podendo ser alterado pelas próprias instituições escolares após o período de um ano, de acordo com as necessidades específicas de cada escola.

Segundo grifos dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento do processo de implantação dos conselhos escolares nas escolas públicas do município de Cascavel “todo esse processo de implantação do Conselho Escolar representou para o município de Cascavel um avanço no processo de gestão democrática das unidades escolares”, fazendo com que a partir de então, as comunidades escolar e local passasse a ter mais autonomia e maiores possibilidades de participação representativa na tomada de decisões sobre os aspectos relacionados à educação de seus filhos.

Análise de informações coletadas

Esta pesquisa se baseou em oito questões objetivas, respondidas por vinte e cinco entrevistados, sendo entre estes, diretores, professores, funcionários, pais e alunos representantes do Conselho Escolar de três escolas públicas do Município de Cascavel para o levantamento de dados. O questionário procurou investigar como esses sujeitos compreendem a importância dos colegiados escolares no processo educativo, bem como os aspectos relacionados à participação da comunidade escolar e local, sua visão e entendimento sobre esse processo democrático.

Ao se fazer a análise das respostas dadas a estes questionários torna-se evidente a diferenciação de percepção e compreensão a cerca do papel do conselho escolar no processo de gestão democrática nas unidades escolares, assim como o poder centralizador que o gestor ainda exerce nos ambientes escolares. A seguir as questões e os resultados obtidos:

Questão 1: Você faz parte do Conselho Escolar no segmento de:

- () Profesor (a)
- () Diretor (a)
- () Aluno (a)
- () Pais
- () Funcionários

Com relação ao público alvo desta pesquisa pode-se verificar que a respectiva entrevista foi respondida por três diretores, seis professores, seis funcionários, seis pais e quatro alunos maiores de nove anos de idade.

Questão 2: As reuniões do Conselho Escolar acontecem:

- () mensalmente
- () bimestralmente
- () anualmente
- () sempre que houver necessidade de se reunirem para analisar algum assunto específico.

De acordo com as vinte e cinco respostas, as reuniões do Conselho Escolar ocorrem bimestralmente e sempre que houver necessidade de

analisarem e discutirem algum assunto específico. Porém, três representantes do segmento de professores, relatam que o calendário de reuniões não é discutido entre os membros participantes, mas sim, somente comunicados de acordo com a decisão da equipe gestora.

Questão 3: Como os representantes do Conselho Escolar participam das tomadas de decisões na escola:

- São informados pela equipe administrativa sobre as decisões tomadas nas reuniões do Conselho Escolar e outras periódicas;
- Participam juntamente com a equipe gestora, opinando e dando sugestões nas tomadas de decisões;
- Deixam que a equipe gestora tomem as decisões cabíveis, pois acreditam que a direção tem o conhecimento necessário para isto.

Quando questionados quanto à participação nas tomadas de decisões de assuntos pertinentes ao ambiente escolar, dezenove representantes, sendo estes pais, alunos e funcionários salientam que participam juntamente com a equipe diretiva da escola, opinando e dando sugestões. Entretanto, três representantes do segmento de pais afirmam que deixam que a direção tome as decisões cabíveis, pois acreditam que a mesma possui o conhecimento necessário para isto.

Questão 4: Você sabe quais as suas atribuições no Conselho Escolar enquanto representante do segmento ao qual faz parte?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Com relação à compreensão dos membros quanto à sua função no Conselho Escolar, dois servidores e um pai relatam que conhecem parcialmente suas atribuições no conselho escolar, já os outros vinte e dois entrevistados demonstram ter esclarecimento de seu papel nesse órgão colegiado. O que evidencia assim, a falta de segurança principalmente dos pais a cerca de seu papel como integrante do conselho escolar, o que já não ocorre com os segmentos de professores e servidores.

Questão 5: Você Considera que o Conselho Escolar tem realizado um bom trabalho em sua escola?

- Sim

- () Não
- () Poderia melhorar

Quando questionados se consideram que o Conselho Escolar de sua escola é atuante e tem realizado um bom trabalho no sentido de lutar pela busca da melhoria da qualidade do ensino ofertado, vinte e um conselheiros escolares afirmaram que sim, porém quatro representantes, sendo um diretor, dois professores e um servidor relataram que a participação do Conselho Escolar junto aos acontecimentos nas unidades escolares poderia melhorar, tornando-se mais participativo e atuante.

Questão 6: Como você percebe a atuação do diretor com relação à aceitação de sugestões em sua escola?

- () É bastante permissivo, aceita e acata as decisões de todos os indivíduos que dão sugestões;
- () É acessível, aceita e acata as sugestões dadas quando estas são viáveis e visam a melhoria da qualidade do ensino da instituição;
- () Não costuma aceitar sugestões, toma sempre as decisões baseadas no seu bom senso.

Já quando o assunto abordado foi acerca da relação do diretor com os demais membros do conselho escolar e sua forma de atuação, um pai e um professor pontuaram que o mesmo é bastante permissivo, aceitando e acatando as decisões de todos os indivíduos que dão sugestões, porém os outros vinte e um entrevistados afirmaram que o diretor é bastante acessível, é suscetível a críticas e aceita as sugestões dadas quando estas são viáveis, visando sempre a melhoria da qualidade do ensino da instituição, procurando assim, desenvolver uma gestão democrática, onde todos os envolvidos no processo educativo possam estar a par dos acontecimentos e opinando sempre que necessário.

Questão 7: Você acredita que se o Conselho Escolar estiver bem estruturado e for conhecedor de suas atribuições e funções, pode contribuir de forma significativa no processo ensino aprendizagem?

- () Não, pois o diretor sempre acaba tomando as decisões e agindo como deseja;

- () Sim, pois se todos tiverem o conhecimento de suas atribuições podem fiscalizar e acompanhar o processo educativo de forma a garantir a melhoria da qualidade do ensino;
- () Parcialmente, pois o Conselho pode opinar sobre as decisões tomadas, porém quem decide sempre o que fazer é o diretor.

Neste item, todos os representantes acreditam se todos tiverem os conhecimentos necessários de suas funções e atribuições poderão fiscalizar e acompanhar o processo educativo com mais segurança e embasamento.

Questão 8: O que você considera importante para a melhoria na participação dos representantes do Conselho Escolar nas reuniões periódicas e um maior envolvimento no sentido de buscarem a efetivação do Projeto Político Pedagógico e conseqüentemente garantirem a melhoria da qualidade do ensino desta escola:

- () Cursos de capacitação para Conselheiros Escolares para terem um maior conhecimento sobre suas atribuições;
- () Estímulo e vontade por parte dos próprios representantes do Conselho Escolar;
- () Reuniões mais frequentes do Conselho Escolar.

Nesta última questão da entrevista sete entrevistados afirmaram considerar importante que haja mais cursos de capacitação para conselheiros escolares que auxiliem para uma maior compreensão sobre suas funções e atribuições. Nove conselheiros relataram que é necessário estímulo e vontade por parte dos próprios representantes do Conselho Escolar, já outros nove entrevistados afirmaram que somente uma capacitação adequada quanto às reais formas de atuação e atribuições dos representantes do Conselho Escolar não é o suficiente para que seus membros atuem de forma efetiva, mas também que haja estímulo e força de vontade dos mesmos, pois somente com a determinação da sociedade em buscar um ambiente saudável, capaz de instrumentalizar os indivíduos para atuarem de forma significativa na comunidade a qual pertencem é que se tornará possível a transformação de sua realidade.

Considerações Finais:

Através desta pesquisa que teve como suporte a análise sobre a forma de atuação e participação do conselho escolar nas escolas públicas municipais de Cascavel, foi possível evidenciar que o processo de implantação dos conselhos escolares é relativamente novo, e vem sofrendo alguns entraves, se relacionarmos seu papel social e político enquanto colaborador no processo de gestão democrática, onde sua atuação e tomada de decisões devem estar pautadas e evidenciadas no Projeto Político Pedagógico da escola, já que se considera a escola como um lugar de formação humana e de socialização do saber científico acumulado historicamente.

Percebe-se ainda, que somente boa vontade por parte dos integrantes do conselho escolar não é o suficiente para superar a defasagem de conhecimentos que os cercam com relação a sua participação de maneira efetiva para que venham a contribuir com um processo de gestão cada vez mais democrático e participativo, mas sim que tenham instrumentalização específica para isto, através de formações continuadas e aperfeiçoamentos que garantam com que os representantes de todos os segmentos, sejam eles, alunos, pais, funcionários, professores e/ou diretores saibam de seu papel e busquem realmente cumpri-lo com eficiência. Nesse sentido, como afirma Bordignon:

(...) é fundamental o desenvolvimento de processos de formação dos conselheiros. Processos que devem contemplar discussões sobre concepção de educação adotada pelo município, direitos humanos (especialmente o ECA), legislação educacional, sistemas de ensino e normas próprias, planos de educação, projeto político-pedagógico das escolas, gestão democrática, regimento e atribuições do conselho, entre outros que a realidade local indica pertinentes (BORDIGNON, 2013, p. 77-78).

Percebe-se salutar frisar ainda que somente a partir da compreensão do verdadeiro sentido do que é gestão democrática e como o Conselho Escolar pode interferir nesse processo é que o trabalho realizado pelos Conselhos Escolares passará a ter relevância em âmbito escolar. E de acordo com Campos:

O trabalho desenvolvido pelos conselhos escolares necessita ser entendido a partir de sua dimensão pública e sua função social, já que diz respeito aos direitos fundamentais de cidadania. Para o fortalecimento desta instância colegiada nas escolas é de fundamental importância resgatar os documentos legais que a legitimam, pois o Conselho Escolar é um dos principais instrumentos que podem contribuir para viabilizar a concepção de gestão democrática contemplada nas diretrizes da política educacional (CAMPOS, 2011, p.18).

Outro ponto relevante está relacionado ao papel do diretor nesse contexto, pois ainda há de se desmitificar o poder exercido por esse cargo, o qual muitas vezes torna-se conforme Weber (1992), uma “dominação burocrática”, ficando geralmente a seu critério, o poder de decisão sobre as medidas tomadas em ambiente escolar, evidenciando assim, ainda segundo o autor que “as relações no interior do quadro administrativo não são dominadas pelo sentido do dever objetivo ligado ao cargo, mas sim, pela relação de fidelidade pessoal a quem detém o poder”.

Nesse sentido, é imprescindível se ter claro que o Conselho Escolar é um espaço que além de produzir e reproduzir relações de poder, deve ser baseado na coletividade e requer uma prática de mudança social, voltada para a construção de uma cultura democrática. Segundo Corrêa (2010):

O termo gestão escolar traz em seu bojo algumas idéias inovadoras, como autonomia escolar dos pais, da comunidade local e da sociedade. Por essa perspectiva de gestão, entende-se a escola como um local de participação popular, que reage a partir das necessidades e solicitações do seu entorno (CORRÊA, 2010, p.45).

Assim, para que o trabalho do Conselho Escolar se efetive, é necessário, antes de tudo, de que se dê espaço aos pais, aos funcionários e à toda comunidade escolar, pois, “a representatividade social tem como fundamento a busca da visão de totalidade a partir dos olhares dos conselheiros desde os diferentes pontos de vista da sociedade”(BORDIGNON, 2013, p. 74).

E nesta perspectiva, ressalta-se o anseio de que o Conselho Escolar possa contribuir para construção de uma sociedade que dê condições semelhantes a todos os seus representantes para que possam lutar pela melhoria de sua qualidade de vida, já que conforme BRASIL, (2004, p.54), “É grande a importância dos Conselhos Escolares para a busca de transformações no cotidiano escolar, transformações essas orientadas pelo desejo de construção de uma sociedade igualitária e justa”.

REFERÊNCIAS

BANCO DE TESES DA CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/serviços/banco-de-teses> > Acesso em: 05/05/2014.

BORDIGNON, Genuino. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano**. 2. Ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2013.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDBEN - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001 – Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselhos Escolares: Democratização Da Escola e Construção da Cidadania**. Disponível em: http://www.educacao.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf. Acesso em 20/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho **Escolar e a Aprendizagem na Escola**. Disponível em: http://www.educacao.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad2.pdf. Acesso em: 20/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Disponível em: http://www.educacao.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad3.pdf. Acesso em: 20/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Disponível em: http://www.educacao.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad4.pdf. Acesso em: 20/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Disponível em: <http://www.educacao.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf>. Acesso em 22/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação**. Disponível em: <http://www.educacao.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad6.pdf>. Acesso em: 22/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.educacao.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad7.pdf>. Acesso em 24/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Escolar e Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.educacao.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad11.pdf>. Acesso em:24/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social**. Disponível em: <http://www.educacao.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad10.pdf>. Acesso em: 24/06/2014.

CAMPOS, N. F. S. C. **A gestão da política educacional no cotidiano a escola: perspectiva democrática da atuação do conselho escolar no município de São Luis – MA**. 152 f. Tese (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2010.

CASCAVEL, Lei 6.116, de 11 de setembro de 2012. **Criação e implantação dos conselhos escolares nos estabelecimentos de ensino mantidos pela Rede Municipal de Ensino de Cascavel – PR**. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/26092012_lei_6116_11-09-2012.pdf>. Acesso em: 01/07/2014.

CASCAVEL, Secretaria de Educação. **Portaria nº 004/2012. Nomeia a comissão de estudo e implantação dos conselhos escolares nas escolas municipais de cascavel**. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/21052012_portaria_004-2012.pdf>. Acesso em 15/06/2014.

CASCAVEL, Secretaria de Educação. **Regimento do Conselho escolar das instituições de Ensino Públicas Municipais de Cascavel – Pr.** Disponível em:

<http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/18062013_regimento_do_conselho_escolar_-_diario_oficial_07-03-2013_pags_01_a_09.pdf>. Acesso em 01/07/2014.

CORRÊA, V. S. A. **Gestão escolar e gênero: O fenômeno do teto de vidro na educação brasileira.** 120 f. Tese (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

LUIZ, Maria Cecília; BARCELLI, Juliana Carolina. **Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação.** São Paulo: Xamã, 2010.

MORAIS, P. S. **As relações de poder na gestão da Escola Estadual Presidente Kennedy em Natal/rn: As ações decisórias dos órgãos colegiados o conselho de escola e o caixa escolar.** 416 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

NASCIMENTO, J. M. S. **Conselho escolar: os desafios na construção de novas relações na escola.** 90 f. Tese (Mestrado em Educação)- Setor de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

SOUZA, A. R. **Perfil da gestão escolar no Brasil.** Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

VARGAS, T. B. **Os reflexos da educação à distância no ambiente corporativo.** 145 f. Tese (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais (Parte 1).** Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez, 1992.